

**Gratuidade no transporte é aprovada**

## Gratuidade no transporte para pessoas 60+ é aprovada

O texto aprovado na Alesp agora será submetido ao governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, que pode sancioná-lo ou vetá-lo

» A Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) alterou um projeto do governo Rodrigo Garcia (PSDB) e aprovou, nesta terça-feira (29), a volta da gratuidade no transporte público estadual para pessoas entre 60 e 64 anos.

O texto agora será submetido ao governador, que pode sancioná-lo ou vetá-lo. A avaliação, segundo o Legislativo, deve ocorrer até o final da semana.

O projeto original autorizava o estado a conceder o benefício de gratuidade apenas às pessoas nesta faixa em situação de pobreza ou extrema

pobreza inscritas no CadÚnico (Cadastro Único), do governo federal.

Essa exigência foi retirada do texto, por meio de um projeto substituto, que diz que o Executivo estabelecerá as normas complementares necessárias à execução da lei.

O texto aprovado na Assembleia autoriza a gratuidade do transporte metropolitano, ou seja, trem, metrô e ônibus da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos) por meio de bilhete eletrônico de uso pessoal e intransferível, que poderá ser suspenso ou cancelado caso haja uso

indevido.

Pela manhã, durante anúncio para construção de uma nova ligação entre as estações Paulista (linha 4-amarela) e Consolação (linha 2-verde) do metrô, Garcia disse que teria de fazer contas se o projeto fosse modificado na Assembleia, como acabou ocorrendo.

O passe livre no transporte público para pessoas entre 60 e 64 anos deixou de valer em janeiro do ano passado tanto nos ônibus urbanos municipais da capital quanto no transporte gerenciado pelo estado.

A decisão foi tomada pelo



TANIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

O projeto original autorizava o estado a conceder o benefício de gratuidade apenas às pessoas nesta faixa em situação de pobreza

ex-governador João Doria e pelo prefeito Bruno Covas, morto em maio do ano passado.

Ao suspender o passe livre, Doria revogou um decreto assinado em 2014, e Covas, uma lei em vigor desde 2013.

“Os estudos que nós fizemos de impacto financeiro levam em conta aqueles idosos de baixa renda. O projeto foi focado nesses idosos”, afirmou Garcia, em entrevista coletiva. Leia a matéria completa no site. (FP)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

**Seção:** Estado **Caderno:** A **Página:** 6